

UMA ESTRATÉGIA DE AÇÃO BRASILEIRA PERANTE O DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL / PRESERVAÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS COM CRESCIMENTO E ERRADICAÇÃO DA MISÉRIA.

SULIVAN SILVESTRE OLIVEIRA
Promotor de Justiça de Goiás

No final da década de 80, era evidente que a economia mundial havia passado por um período prolongado de crescimento sustentado. Ao mesmo tempo, era também evidente que este crescimento fora desigual e caracterizado por um grande aumento da pobreza no mundo inteiro.

Para o “Terceiro Mundo”, e em particular para a América Latina e o Brasil, as condições econômicas deterioraram seriamente nos últimos dez anos. Isto foi o resultado combinado da crescente dívida externa e violenta deterioração ambiental por anos seguidos, queda do preço de muitos produtos básicos de exportação, tendências desfavoráveis no comércio internacional e fracasso das políticas econômicas adotadas por vários países em alcançar resultados desejados.

Em verdade, o país teve uma “década perdida”, marcando o início de uma fase crítica, e, ao mesmo tempo, um período de transição e uma oportunidade de mudar de direção.

O desenvolvimento de um país não é algo pré-determinado; ao contrário, ele flui e reflui em resposta a ordens de cunho imaginativo, capazes de projetar soluções e de mobilizar a população em face de seus desafios, restrições e oportunidades apresentadas pelas condições.

À medida que nos aproximamos do final do milênio, ainda não temos uma visão nítida do que o futuro nos reserva. Deveríamos, portanto, começar, imediatamente, a analisar a verdadeira natureza e magnitude que nos afetam e as poderosas forças em ação no mundo de hoje. Isso nos obriga a ter uma visão panorâmica da região e a examinar suas deficiências com toda a objetividade.

Os modelos de civilização que prevalecem no mundo e que produziram importantes ganhos para o desenvolvimento humano por várias décadas, demonstraram sinais irrefutáveis de crise. Os sinais de progresso foram acompanhados pela evidência preocupante da degradação ambiental e de situações que pioraram a qualidade de vida do cidadão.

De fato, a configuração dos problemas ambientais ameaça a capacidade de manter este processo de desenvolvimento humano a médio e longo prazo.

Em um confronto de resultados, apesar da realização de enormes avanços tecnológicos, grandes segmentos da população brasileira não desfrutaram dos benefícios do crescimento econômico e do “progresso”; a pobreza é mais

intensa e mais difundida por toda a parte. Os países “ricos” aumentam exponencialmente suas riquezas, mas sempre deixando para trás as nações em desenvolvimento, sobrando, a essas, além da presença de uma pobreza opressiva, caracterizam-se pelo surgimento de grupos sociais que conseguiram alcançar altos níveis de renda e consumo, mas que também se revelam *insustentáveis*.

Defrontamo-nos, aí, com uma situação de crise básica para a civilização em que vivemos: o modelo de desenvolvimento que adotamos e que parece, a cada dia, menos viável em busca do equilíbrio esperado.

Embora a alteração desse modelo aparentemente possa apresentar problemas, a continuidade do presente modelo adotado se revelará em consequências de ordem ambiental ainda mais arriscadas.

Assim, não parece viável, para o Brasil, tentar se associar a um sistema que objetivamente é encarado como descompassado nos próprios países em que fora considerado um sucesso, no *passado*. É essencial que adotemos um modelo diferente e peculiar próprio de desenvolvimento, que distribua os benefícios do crescimento econômico de modo mais equitativo, que evite um alto nível de deterioração ambiental e que verdadeiramente melhore a qualidade de vida, e não somente o nível de renda “per capita” da presente e futuras gerações.

É essencial, assim, o desenvolvimento de estratégias que contenham métodos e procedimentos pelos quais possamos lograr um desenvolvimento sustentável do ponto de vista ambiental, começando a delinear novos programas de ação que produzirão uma melhoria na qualidade de vida da população.

As estratégias devem sinalizar meios e procedimentos que nos capacitem a evitar as etapas e os problemas que tiveram de enfrentar aqueles países que usufruem dos mais altos padrões de vida do mundo.

O reordenamento de nossos defeituosos padrões de crescimento também exige uma mudança drástica no comportamento dos países industrializados, assim como na atitude da natureza de suas relações com os países mais “pobres”, ou em desenvolvimento.

Para alcançarmos tais metas, temos de estabelecer certas posições prioritárias que propiciarão uma base sólida para a nossa incumbência. Estas posições supõem um acordo em busca do que constitui de fato o desenvolvimento sustentável, as causas do desenvolvimento inadequado que nos levaram ao presente impasse, um acordo sobre nossa ordem do dia em termos ambientais. Os conceitos subjacentes ao tipo de desenvolvimento que almejamos alcançar, e sua experimentação global, nosso envolvimento, já atrasado, na revolução científico-tecnológica em curso, e a necessidade de fortalecer nossa capacidade de negociar condições mais favoráveis em busca de melhorar a distribuição do benefício para a grande maioria da população; são condições mínimas em busca de um desenvolvimento sustentável.

Temos que definir, portanto, nosso próprio programa de ação.

Os países “ricos” hesitam em vincular a questão ambiental ao subdesenvolvimento; no entanto, os padrões insustentáveis de consumo e desperdícios

dos recursos naturais adotados, por esses países exerceu *impacto alarmante* sobre o meio ambiente. No decurso dos anos 70, o desenvolvimento foi considerado a causa principal da degradação ambiental de hoje.

Já nos anos 80 percebemos que a estagnação produz efeitos ainda piores. A crise econômica produz uma queda significativa da renda per capita, aumentando o desemprego, os investimentos em saúde, educação, habitação e serviços sociais.

A consequência, a nível mundial, é que no início da década de 90, “regalam-se” aos olhos de todos a consequência de mais de 200 milhões de habitantes vivendo em extrema pobreza.

Embora seja *inadmissível* atribuir aos necessitados a responsabilidade exclusiva pela poluição de seu ambiente, temos que admitir que a pobreza e a deterioração ambiental são efeitos paralelos e interrelacionados do mesmo processo global de desenvolvimento, a pobreza simplesmente se expandirá, prejudicando ainda mais o nosso próprio futuro.

É preciso abrir as “fronteiras” da inércia e buscar remediar muitas outras situações, como a exploração inadequada do solo, da deterioração do meio ambiente nos centros urbanos, que contêm o “grosso” de nossas populações; da exploração irracional de nossos importantes ecossistemas, que são a base de nosso patrimônio natural; e do abuso permanente dos recursos hídricos.

Mas, tais problemas não podem ser tratados sem se levar em conta fatores nacionais e internacionais como o pagamento de um oneroso serviço da dívida externa e da queda dos preços internacionais, em grande parte como consequência da pobreza e do desemprego, obrigando o país a abusar de seus recursos naturais, de forma inadequada.

Tenho que não existe uma estratégia universal e única para o desenvolvimento sustentável. As estratégias devem basear-se numa análise de nossas peculiaridades econômicas e sociais e de nossos problemas ambientais.

Dentro deste prisma, a pobreza não é só causa como também resultado da degradação ambiental. Como se trata do principal problema social que a região é incitada a resolver, uma estratégia básica para alcançar o desenvolvimento sustentável tem de enfrentar abertamente o problema da miserabilidade aberrante.

Há de se atacar, assim, a própria raiz dos problemas que desejamos resolver, assim como suas consequências.

Não podemos mais lidar com problemas no âmbito social e do bem-estar somente, mas, sim, agindo sobre fatores estruturais subjacentes ao fenômeno, entre os quais as políticas econômicas que contribuem para o empobrecimento da população e, em larga medida, causam a degradação ambiental.

A concretização do desenvolvimento sustentável requer, ainda, a criação de um mecanismo de planejamento a médio e a longo prazo.

Desta feita, se formos capazes de exercer um esforço deliberado para dispor ordenadamente as atividades sociais e econômicas de toda a região, em harmonia com os valores ambientais, teremos dado dois passos importan-

tíssimos: *em direção ao uso duradouro e eficiente dos recursos naturais e ao controle da poluição.*

Podemos, assim, criar condições propícias para agir preventivamente no controle da deterioração ambiental, em vez de simplesmente consertar os danos, quase sempre irreversíveis, uma vez desencadeados.

Devemos nos preparar para atuar sobre as causas fundamentais, que amiúde dependem do modo pelo qual se realizam as atividades produtivas.

Conclui-se que a concretização do desenvolvimento sustentável exigirá a aprovação de reformas profundas e de longo alcance a fim de modernizar nosso governo, com estruturas desraigadas e caracterizadas, infelizmente, por ineficiência e corrupção, permitindo, quase que sempre, cobrir-se brechas legais existentes que evitam um necessário julgamento e punição dos culpados por crimes ambientais.